



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Reunião Ordinária			Nº: 0004/08			DATA: 12/02/2008		
INÍCIO: 11h07min			TÉRMINO: 3h02min			DURAÇÃO: 1h55min		
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h54min			PÁGINAS: 44			QUARTOS: 23		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos constantes da pauta. Discussão sobre o cronograma de visitas da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a fazer um diagnóstico de investigação do sistema carcerário brasileiro.

Item 1 da pauta.

Requerimento nº 151, do Deputado Felipe Bornier, que *“requer sejam convidadas autoridades jornalísticas para ampla discussão sobre a questão do menor infrator no Estado do Rio de Janeiro”*.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Felipe Bornier.

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente quero dar as boas-vindas, depois desse recesso Parlamentar.

Fiz esse requerimento já no ano passado, chegou aqui um pouco atrasado — estou falando semana passada, mas na verdade foi do ano passado — da série de reportagens do jornal *O Globo* em relação aos menores encarcerados. Então, essa série eu tenho certeza de que vai ser de uma contribuição muito importante e que identifica muito o trabalho que estamos desenvolvendo.

Assumi essa Sub-Relatoria da questão do menor, e quero trazer um pouco desse assunto aqui para nossa pauta, para nossas discussões. Então, achei de suma importância trazer realmente esses representantes para colaborar um pouco mais com o debate nessa área; para que eu possa fazer uma sub-relatoria um pouco melhor e mais atualizada com esses itens que vieram através de repórteres; para que a gente possa cruzar os dados e fazer uma boa sub-relatoria. Então vamos colocar em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão, coloco em votação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu queria discutir o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Relator, Deputado Domingos Dutra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente quero desejar um bom retorno e, principalmente nesta



Comissão, que possamos agilizar os trabalhos e tentar o máximo de consenso, de tal forma que possamos produzir um relatório em que estejam unidas as expectativas que a CPI gerou.

Com relação ao requerimento do Deputado Felipe Bornier, quero apenas fazer uma ponderação: é que há vários requerimentos de audiência pública, e, em função do tempo, vamos ter que fazer um enxugamento. A Relatoria vai apresentar uma proposta daquelas audiências que consideramos essenciais, porque se formos aqui atender a todas as audiências que já foram aprovadas, não teremos tempo suficiente. Portanto, eu queria fazer...

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Sr. Relator, só para interromper. Uma vez aprovada aqui nesta Comissão, não quer dizer que todos estarão em audiência pública. Eu acho que é claro que vai se ter um entendimento aqui através dos membros. Acho que tem que fazer somente a aprovação. Depois da aprovação, uma vez tendo o consenso, e não tem necessidade de ter todos aqui para uma audiência pública, vai se ter o entendimento, mas que isso tenha aprovação para ter oportunidade de pelo menos tenhamos alguns desses, o que, tenho certeza, vai colaborar muito para esta Comissão. Isso não quer dizer que já vai ser para a próxima semana. Acho que vai ter que ter um entendimento. Só isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sou a favor desse requerimento, mas com essa ressalva de que vamos ter que reorganizar...

**O SR. DEPUTADO FELIPE BORNIER** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - ... todas as audiências que já foram aprovadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputado que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 1 da pauta.

Item 2 da pauta.

Requerimento nº 152, da Deputada Cida Diogo, que *“requer convocação do Juiz Dr. Cláudio Prado Amaral para apresentação dos dados sobre informatização do sistema penitenciário”*.

Com a palavra a autora do requerimento, Deputada Cida Diogo.



**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, esse requerimento vem no sentido de que temos observado no trabalho da CPI que existe hoje um desencontro de informações. Não existe nenhum sistema que consiga, de fato, compilar todos os dados e organizá-los para que, a qualquer momento, qualquer cidadão e até a própria CPI possa ter esses dados mais precisos da realidade prisional no País. Esse juiz, através de um contato feito com meu gabinete, colocou uma proposta muito clara, objetiva, não custosa — não é nada absurda — para que se instale um sistema informatizado de dados em relação ao sistema prisional.

Então, acho que pode ser de uma contribuição enorme para o relatório final da CPI apresentar concretamente uma proposta, tanto para os Governos de Estado, quanto para o Governo Federal, de se informatizar esse sistema e a gente poder ter um controle maior desses dados, um acesso melhor aos dados em relação ao sistema prisional do nosso País. É por isso que apresentei esse requerimento

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o item 2 da pauta, Requerimento nº 152.

Item 3 da pauta.

Requerimento nº 153, do Deputado Domingos Dutra, que *“requer seja convocadas as pessoas abaixo para serem ouvidas em audiência pública a ser realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, nos próximos dias 21 e 22 de fevereiro”*.

Com a palavra o nobre Deputado Domingos Dutra, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, durante o recesso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Minas Gerais? Espírito Santo? É que os mineiros não saem do Espírito Santo. No verão a gente fica contaminado com...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, no dia 1º de janeiro deste ano houve um incêndio na Cadeia Pública de Rio Piracicaba, onde 8 presos acabaram morrendo. No dia 13 eu estive no Rio Piracicaba, junto com o Deputado Alexandre Silveira; voltei ao mesmo Município no dia 9, levantei toda a



documentação referente aos mortos. Mantivemos contato com o Juiz da Comarca; pegamos processos de uma ação civil pública que tramita naquela Comarca; mantivemos contato com todas as autoridades referentes e ligadas ao sistema de segurança — esse material está disponível na Secretaria da CPI, os Deputados que têm acesso pode se dirigir à Secretaria — e o requerimento tem o objetivo de voltar a Minas para ouvir 10 pessoas, entre autoridades e familiares de presos, que são fundamentais para dar consistência às informações e documentos que temos.

Portanto, o requerimento, com a devida alteração — a previsão era para ser dia 1º, mas diante do acordo produzido aqui, de que a CPI, ao invés de... Aliás, quinta-feira e sexta-feira, será adiado para próxima quinta-feira e próxima sexta-feira, 21 e 22. É fundamental ouvir as pessoas listadas no requerimento, além de diligências que a CPI precisa fazer no presídio feminino, em outros presídios de Minas Gerais, em cadeias públicas, para que a Comissão possa encerrar os seus trabalhos naquele Estado.

Esse é o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Encerrada a discussão.

Em votação.

O Deputado que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nesse requerimento, que foi aprovado neste momento, foi alterada a data da visita ao Estado de Minas Gerais, que estava marcada para amanhã e na próxima quinta-feira. Alguns Parlamentares do Estado de Minas Gerais, comandado aqui pelo Deputado Alexandre Silveira, e o Paulo também, nos solicitaram o adiamento dessa visita e dessa audiência para que pudéssemos preparar melhor as oitivas que serão realizadas no Estado de Minas Gerais. Sensibilizado com essa solicitação feita pelos nobres Deputados e membros da bancada mineira, nós estamos, então, construindo esse acordo que facilitou a aprovação do requerimento.

Então, na próxima semana, no dia 21 e 22, quinta-feira e sexta-feira, estaremos visitando o Estado de Minas Gerais em oitiva a ser realizada na visita aos presídios e também para tomar depoimentos no episódio que ocorreu na cidade de Piracicaba, onde 8 detentos morreram queimados no primeiro dia do ano de 2008.



Pela ordem de inscrição, Deputada Cida Diogo. Temos ainda o Deputado Alexandre Silveira, depois Jorginho Maluly, Cida Diogo, Ayrton Xerez e Paulo Abi-Ackel. Pode inverter? Deputado Jorginho Maluly, então, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Presidente Neucimar, nobre Relator, Domingos Dutra; Vice-Presidente Busato, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessoria da Comissão, senhoras e senhores, é com muita alegria que retornamos aos trabalhos legislativos, e mais alegria ainda de rever os companheiros com saúde, todos aqui firmes na sua missão. Quero mandar um abraço especial ao Deputado Tenório, pelo carinho com que nos recebeu na sua terra, em Maceió, e parabenizá-lo pelo trabalho que vem realizando no Estado.

São 3 coisinhas objetivas, Sr. Presidente. Primeiro, parabenizar todos da Comissão pelo amadurecimento na questão desse requerimento, onde prevaleceu o bom senso para que os objetivos essenciais dessa CPI não fossem maculados e nem atritos pessoais e partidários pudessem prejudicar o trabalho, nem de um nem de outro Parlamentar. Então, quero registrar aqui os parabéns aos colegas pelo amadurecimento dessa decisão de consenso para a semana que entra para irmos a Minas Gerais.

Segundo, Sr. Presidente, eu não tive tempo, e deveria ter feito por escrito, mas eu queria pedir o apoio verbal dos membros desta CPI. Não sei se o Deputado Domingos Dutra leu essa matéria que saiu no domingo no jornal *Correio Braziliense*. Já que estamos tratando do sistema carcerário, ele é o sistema carcerário como um todo. Essa matéria denuncia um tratamento diferenciado, negativo, para presos de outras nacionalidades.

Então, queria pedir o apoio desta Comissão, verbalmente, para que a Comissão providenciasse junto à USP, que fez esse estudo, o detalhamento desse estudo. Eventualmente, se a Comissão entender que deva agir nesse caminho para que possamos, Presidente — peço esse apoio a todos os Deputados —, inicialmente, pedir o estudo da USP. Depois, em cima do estudo, a Comissão avalia o que deve ou não ser avaliado.

Por fim, queria pedir à Deputada Cida Diogo... Nesse seu requerimento, que foi aprovado hoje; estava no telefone, não pude fazer a discussão, além de parabenizá-la pelo requerimento. Existe um requerimento já aprovado de minha



autoria para audiência pública nesta Casa para tratarmos, de maneira geral, dos avanços tecnológicos tanto de monitoramento, de equipamentos e tudo isso. Então, que eu e a Deputada Cida Diogo aglutinássemos o nosso trabalho nessa área de informática do sistema prisional, do sistema penal, do sistema judiciário, para que possamos fazer um grande trabalho no sentido de abranger tudo o que for possível, em termos tecnológicos, para melhorar o desempenho das funções das autoridades que atuam nessa área.

Ademais, Presidente, desejo que a CPI tenha um bom trabalho e consigamos, ao final, corresponder, pelo menos em parte, aos anseios da sociedade. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Há apoio ao requerimento do Deputado Jorginho Maluly? Há apoio de todos os presentes.

Em discussão o requerimento.

Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a solicitação do Deputado Jorginho Maluly.

Com a palavra o Relator; em seguida, a Deputada Cida Diogo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, a lembrança do Deputado Jorginho é oportuna. Eu também tinha feito essa anotação. Estou passando para a Secretaria da Comissão a solicitação de uma série de outros documentos correlatos a esses, que vão ajudar a CPI. Mas esse estudo sobre a situação dos estrangeiros é fundamental. Na nossa diligência nos Estados, principalmente no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, vai ser uma pergunta obrigatória se há estrangeiros e qual a situação deles nesses presídios.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para convidar os Sub-Relatores para, hoje à tarde, se reunirem com a Relatoria para que possamos avançar nos trabalhos do relatório. Temos aqui Sub-Relatorias fundamentais, como a do Deputado Paulo Rubem sobre a questão do orçamento, da Deputada Cida Diogo sobre a questão do feminino, do Deputado Busato sobre arquitetura prisional, do Felipe Bornier, do Deputado Ayrton Xerez. Sugiro ao Deputado Busato que tivéssemos uma audiência com o arquiteto Oscar Niemeyer para saber se ele está disposto a apresentar uma proposta sobre arquitetura prisional no País. Eu acho que é uma consulta que a gente poderia fazer a ele diante de tantas contribuições que



ele tem dado no Brasil para o mundo. Talvez ele pudesse pensar um modelo de arquitetura prisional para a gente oferecer ao País, já que esse é um dos problemas principais que nós descobrimos nos trabalhos da CPI.

Também queria sugerir, Sr. Presidente, à Comissão que, em face de não irmos à Minas, que pudéssemos fazer a diligência no Entorno de Brasília amanhã e depois. Só visita nos presídios, na delegacia, já que nós sabemos que no Entorno de Brasília a situação é caótica. E com a prisão de 4 mulheres, inclusive menores, aqui em Planaltina de Goiás, acho que justifica a gente ocupar esse tempo, amanhã e quinta, fazendo a diligência no Entorno de Brasília. Fica a sugestão, aqui, para a Comissão.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Nobre Relator, só uma dúvida.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Na verdade, são presídios do Estado de Goiás que estão no Entorno de Brasília.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Presidente, só uma questão de ordem. Em termos de logística, de hoje para amanhã, há tempo de fazer o preparo para todas essas visitas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pela ordem, a Deputada Cida Diogo; depois, Deputado Ayrton Xerez.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - O que eu queria, o Domingos, agora, no final da fala dele, defendeu. Eu acho que a gente poderia aproveitar essa semana, já que foi transferida visita para Minas para a semana que vem, principalmente para focar essa questão feminina, porque, além da situação dessas 4 mulheres que estavam presas no presídio de Planaltina, tivemos, no final do ano passado, caso de denúncia de estupro mesmo de uma mulher dentro de presídio aqui no Entorno de Brasília. Então acho que nós poderíamos...

Também tenho essa preocupação. Não sei se de hoje para amanhã nós conseguiríamos isso. Talvez fosse preciso programar melhor. Fazer bem feito na quinta-feira talvez fosse mais adequado, porque a gente poderia se preparar, definir melhor o foco, para não ficar também indo a qualquer lugar; definir os locais mais adequados e fazer isso na quinta-feira, até porque, provavelmente amanhã, na quarta-feira, devem ter algumas votações muito importantes aqui. Então, talvez fosse melhor a gente pensar em organizar para, na quinta-feira, a gente aproveitar





esta semana e fazer visita a alguns presídios e cadeias específicas, mas bem definidas, com o objetivo claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Ayrton Xerez.

**O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a importância política dos Deputados Alexandre Silveira e Paulo Abi-Ackel, companheiros de luta e de debate, me fizeram de imediato aderir ao requerimento que apresentaram no sentido de que fosse postergada a inspeção, a diligência, a visita a algumas unidades carcerárias no Estado de Minas Gerais.

A questão que se coloca é a seguinte. A nossa CPI, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, tem feito visitas e viagem e inspeções já por todo o País. Já estivemos no Pará; já estivemos em Pernambuco, em Recife; já estivemos no Espírito Santo; já estivemos em Minas; precisamos ir ao Rio de Janeiro; já estivemos em São Paulo. Cada um dos representantes desta Comissão já tem bastante experiência quanto aos problemas que existem em todas as unidades da Federação. Não há privilégio de problemas. Não há que se dizer que Rio de Janeiro tem mais problemas que São Paulo; que São Paulo tem menos problemas do que Minas Gerais. Não existe isso. A verdade é que o sistema carcerário brasileiro está em colapso total, absoluto. É um fracasso absoluto e a matéria, o tema é por demais grandioso para nós imaginarmos que vamos poder resolvê-lo em meia dúzia de sessões aqui em Brasília.

Sou testemunha de um esforço que o Presidente Neucimar, que o Deputado Busato e que o Deputado Domingos Dutra têm feito nessas deambulações Brasil afora, vendo uma série de problemas. Por outro lado, uma série de soluções já existem. Se no Espírito Santo há presídios de péssima qualidade, de péssima qualificação, há um presídio que eu também visitei, extraordinariamente bem administrado, bem construído e bem projetado.

Eu acho que cumpre a nós levar esses problemas também aos Srs. Governadores de Estado. Os Governadores, são os grandes responsáveis, os únicos responsáveis pela segurança, ou melhor, os maiores responsáveis pela segurança pública, sem dúvida, e também, claro, o Governo Federal, que em termos



constitucionais deve fornecer um apoio, mas, em termos constitucionais, a responsabilidade da segurança é dos Srs. Governadores de Estado.

O que percebo, Presidente Busato, é que esse assunto não faz parte da agenda de preocupações dos Srs. Governadores. Eu até devo dizer, porque alguns companheiros não têm podido estar presentes em todas as nossas atividades, que estivemos com o Sr. Ministro da Justiça, que nos revelou a todos que dispõe, para este ano de 2008, de 1 bilhão e meio de reais - 1 bilhão, bilhão, com “b”, de bola, e meio de reais - para aplicar em projetos em todas as unidades da Federação. Basta que essas unidades federadas apresentem projetos: projetos de educação, projetos de treinamento, de construção de novos presídios etc.

Então, ao tempo em que nós, evidentemente, devemos exercitar as nossas funções judiciárias, chamando à punição aqueles que estiverem descumprindo a lei, envergonhando o País, como é o caso do Governo do Pará, que permitiu aquele abuso lamentável que ocorreu, aquela vergonha nacional que parece que não é o único caso, eu acho que não devemos estar nos defendendo com guarda-chuvas para afastar da imprensa outras informações, outros fatos.

Por isso, Presidente Busato — e lamentando até que o Neucimar tenha tido que se afastar, porque, a rigor, o quesito, a questão deveria se dirigir a ele —, penso que, ao lado dessas viagens, inspeções e diligências a quaisquer Estados da Federação de forma ordeira, organizada e eventualmente até com agenda prévia, por questões de segurança, nós precisamos fazer essa questão chegar a quem manda: aos Srs. Governadores de Estado. Senão, nós vamos ficar numa brincadeira de pique-esconde, indo às escondidas a determinado Estado, como até parece que ocorreu no caso do Espírito Santo, e o Deputado Neucimar Fraga é capixaba, e depois, enfim, depois que formos lá, vistoriamos os presídios, criam-se problemas para a administração estadual.

Não estou preocupado com problema para a administração estadual. A administração estadual que se dane. Do que nós precisamos é ter um sistema carcerário decente, digno, correto e administrado pelos respectivos Governadores do Estado, ou então está todo mundo brincando de autoridade nesse País e não concordo com isso, Presidente Busato. Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito obrigado, Deputado Ayrton Xerez. E, na visita ao Ministro, além do 1 bilhão e meio, o grande problema que o Ministro nos relatou são as prefeituras aceitarem a colocação de presídios em suas cidades. Esse é o grande problema que se tem enfrentado aí.

Pois não, Deputado Jorginho Maluly.

**O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY** - Só para fazer um parêntese nessa questão e parabenizar o Xerez pelas suas palavras, sempre tão oportunas. Contundentes, mas muito oportunas.

Presidente Busato, nobres Deputados, sobre essa questão que o Deputado Busato levantou sobre os municípios, sou ex-Prefeito de uma cidade que tem 3 presídios — por isso estou aqui — e em uma região que, no entorno, tem mais de 10.

O que acontece é que os municípios não querem porque eles arcam com tudo. Nem Governo Federal, nem Governo Estadual dão respaldo algum para os municípios. Há um projeto de minha autoria no sentido de que municípios que tenham presídios tenham que ter um repasse maior do FPM, e quero contar com o apoio dos senhores.

Então, o que peço aqui ao Presidente, que está sempre em contato, talvez mais do que a gente, com Ministros, com outras pessoas, outros Deputados, é que nesse pacote ou nessas perspectivas de novas expansões que levem em conta contrapartidas favoráveis aos municípios, tantos federais quanto estaduais. Se colocam lá... Na minha cidade há 30 mil habitantes e uma população de 3.300 presos de altíssima periculosidade, 10% da população. Se você colocar que 20% muda para lá, escola, creche, remédio, cesta básica, além da droga... Então, que se faça um pacto para poder o município entrar, porque é uma responsabilidade nossa, mas que ele tenha o apoio, porque senão ninguém quer mesmo, é só bucha!

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Lógico, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Paulo Abi-Ackel...não, Alexandre Silveira, depois Paulo Abi-Ackel, pela ordem de mandato aqui na Casa da bancada mineira.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - Sr. Presidente Neucimar Fraga; nobre Relator, companheiro e amigo, Deputado Domingos Dutra; demais



colegas da CPI, acho que o Deputado Ayrton Xerez foi muito feliz em dizer que esta CPI já teve oportunidade de andar pelo Brasil afora visitando os Estados. Em Minas não foi diferente, Deputado Ayrton Xerez. Nós já tivemos 3 vezes em Minas Gerais, em todas as 3 eu estive presente com o Deputado Domingos Dutra, com o Deputado Neucimar, com o Deputado Paulo Abi-Ackel, em torno de diagnosticar a falência total e completa do sistema prisional em nosso País. Sabemos que esse é um buraco que vem sendo cavado há décadas no País sem realmente ninguém focar. Por isso, o Deputado Domingos Dutra foi muito feliz em propor esta CPI.

Estou fazendo questão de frisar isso, ressaltar isso, só para não ficar parecendo que se está querendo colocar um guarda-chuva, entendeu, Deputado Ayrton Xerez, em alguma questão pontual de um Estado ou outro.

Eu fui o primeiro a ligar para o Deputado Neucimar na questão da cidade de Rio Piracicaba. O que nós estamos querendo, a partir de agora — isso eu vou fazer questão que aconteça nesta CPI e vou defender de forma resistente —, é que tenhamos formalidades, que nós tenhamos critérios para poder se fazer essas idas nos Estados; para poder colocar, principalmente à imprensa, as posições oficiais da CPI, para que nós não possamos cometer injustiça, para que não possamos denegrir as instituições. Nós sabemos que a pior das condenações é a condenação pública precipitada, antes do devido processo legal.

Infelizmente, eu participei dessas visitas e agora notei, de forma clara, que nós vamos precisar de um critério maior nessas questões. Não tem nenhum problema. Apesar de eu discordar de V.Exa, acho que já é pauta, não só do Parlamento; é pauta também dos Governadores. Mas eu, que sou do setor, conheço e sei que é uma demanda reprimida, que não tem tamanho, apesar de o Deputado Domingos Dutra colocar que são 450 mil brasileiros. Não é possível que o Estado brasileiro não dê conta de cuidar. Mas nós sabemos que nós vamos precisar buscar soluções legislativas, de investimento, mas soluções também criativas para poder propor soluções a essa questão carcerária.

Nós estamos — eu percebo isso claramente — numa CPI que quer buscar soluções e não só holofotes. Por isso, nós temos que ter o cuidado de buscar, através das nossas ações, cumprir o mister desta CPI, que é diagnosticar e propor soluções para esse sistema falido no País.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos o Deputado Alexandre Silveira.

Deputado Paulo Abi-Ackel.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, senhores membros, senhores colegas, quando a gente fica inscrito para falar ao final, depois de oradores tão competentes, quase que se torna desnecessário. Mas eu não poderia deixar de aqui registrar o meu ponto de vista na mesma linha colocada pelo meu conterrâneo, Deputado Alexandre Silveira, e também pelo meu colega Ayrton Xerez.

Estou certo de que esta CPI trará resultados importantes, estou certo de que nós estamos aqui diante de um desafio e diante de um trabalho que poderá ficar registrado como uma etapa importante no sentido de apresentar soluções. Fico até orgulhoso de fazer parte desta CPI. Quero dizer até mais. Quero dizer que, no longínquo ano de 1974, houve nesta Casa um estudo, por intermédio de uma Comissão Especial, para verificar o caos e apresentar soluções do sistema penitenciário daquela época. Já naquela ocasião, o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, meu pai, participou e fez um estudo que, durante muito tempo, foi tido como referência na apresentação de soluções, que infelizmente não foram colocadas em prática.

Portanto, conheço relativamente bem o problema, até por experiências anteriores, até por ser advogado, por ter sido Juiz. E estou certo, nós vamos chegar a um bom trabalho ao término da CPI. Não tenho, com relação a isso, qualquer dúvida, meu caro Prefeito e meu caro Relator. Contudo, quero aqui fazer um apelo, não só um apelo como também uma sugestão: nós temos de obedecer a questão da formalidade, nós temos de estar sempre atentos ao Regimento, nós temos de estar, sobretudo, atentos à necessidade, às dificuldades que a vida parlamentar impõe aos membros desta CPI. Por que estou dizendo isso? Estou dizendo isso porque, na data de hoje, estou sendo comunicado formalmente de uma visita amanhã ao meu Estado. Para mim, é absolutamente impossível estar presente amanhã por compromissos assumidos anteriormente. Penso que essa convocação deveria ter-se dado com antecedência.



Esse é um aspecto que peço encarecidamente ao Sr. Presidente que, daqui para a frente, verifique as dificuldades que cada qual tem. Sei que há uma ansiedade por parte da Mesa para a conclusão dos trabalhos, mas não podemos fazer com que essa ansiedade atropеле o bom trabalho, o bom senso, e que possamos fazer tudo de forma equilibrada, tranqüila, de modo que os Parlamentares possam dar sua colaboração.

Falo isso também, Sr. Presidente, porque tomei conhecimento, surpreso, por intermédio dos jornais, de uma visita ao meu Estado do Sr. Relator no dia 1º de janeiro. Quero dizer que é absolutamente compreensível, e aqui não vai nenhuma crítica. Houve um episódio lamentável no dia 1º, acho que o Presidente e o Relator, sim, deveria ter estado, como realmente esteve, em Minas Gerais, na cidade onde houve o problema com a penitenciária, a cidade de Rio Piracicaba. Mas penso que a Secretaria da Comissão ou o Sr. Relator poderia ter sido mais cuidadoso no sentido de comunicar aos Parlamentares, quando nada aos Parlamentares mineiros. Não vai aqui, Sr. Relator, nenhuma crítica; vai apenas um pedido no sentido de que a gente possa, daqui para a frente, evitar que essas pequenas situações transformem essa CPI numa área, enfim, num plenário de debates para questões menores. Temos assuntos muito sérios para tratar e não pode, por causa de pequenos problemas, haver desgaste aqui entre os membros.

Da mesma maneira, quero frisar e pedir, de forma bem firme, ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente, muito cuidado com essa questão das entrevistas. Falou aqui muito bem o Deputado Alexandre Silveira quando demonstrou sua preocupação com aquela sinalização de culpa para determinados agentes envolvidos nos episódios, Policiais Militares e Policiais Civis, que, por mais de uma vez, por entrevista de um ou de outro ou por interpretação dúbia de entrevistas, são até mesmo acusados sem sequer o processo investigativo administrativo da Polícia. É muito desgastante, é lamentável para um membro da carreira policial, militar ou civil, ver seu nome tratado em entrevistas coletivas, seja de Relatores, de Presidente ou de membros desta CPI, que, muitas vezes, inadvertidamente — falo até isso para deixar muito claro aqui que a minha posição não é de crítica, é apenas no sentido de solicitação para que tenhamos o maior cuidado do mundo para que a gente... com as palavras, inclusive, para que não ocorra a condenação sem o devido processo legal.



Estou falando em tese, Sr. Presidente. Eu aqui não falo efetivamente sobre nenhum episódio. Falo em tese e falo para qualquer Estado, falo para qualquer circunstância, falo para qualquer visita. Estamos tratando aqui de um assunto tão importante que merece de todos nós esse cuidado, essa cautela, não só na convocação dos membros da Comissão, para que possam estar presentes, mas, sobretudo, com cuidado na abordagem de conclusões para que não cometamos eventuais injustiças. Estou falando, repito, em tese; não estou fazendo uma afirmativa, não estou fazendo nenhum tipo de acusação frontal.

Por fim, gostaria também de agradecer ao Deputado Ayrton Xerez pelo que acabou de falar e quero dizer que nós não temos nenhum problema em Minas, no sentido de tentar impedir ou evitar uma ida a Minas. Muito pelo contrário, a Mesa pode ter a certeza de que temos todo o interesse de fazer as visitas a Minas. E o nosso requerimento para adiamento se dá única e exclusivamente pela falta exatamente de tempo, em razão de uma convocação feita na véspera, para uma viagem no dia seguinte, de Parlamentares que já têm, na primeira semana do ano legislativo, compromissos assumidos.

Então, essa a minha manifestação, no sentido de que possamos, obedecendo um pouco mais à formalidade, evoluir de forma ainda mais competente para a conclusão dos nossos trabalhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quero agradecer ao Deputado Paulo Abi-Ackel. Só quero tecer alguns esclarecimentos a respeito do episódio de Piracicaba. Primeiramente, quero parabenizar o Deputado Domingos Dutra, que abriu mão de sua festa de *reveillon* e do feriado do dia 1º de janeiro, para comparecer a Minas Gerais e acompanhar um episódio tão triste ocorrido na cidade, onde 8 pessoas foram queimadas dentro de uma cela, acompanhado de um Deputado da bancada mineira. Nós, quando fizemos contato com o Deputado Domingos Dutra, solicitamos que fizesse contato com alguém de Minas, para que alguém de Minas pudesse acompanhá-lo. Se não me engano, o Deputado Alexandre Silveira. Não sei se mais algum outro Deputado teve a oportunidade de acompanhar. Mas estiveram lá.



Naquela oportunidade, no primeiro dia do ano, encontrar a Secretaria da Comissão aqui aberta para formalizar os convites seria muito difícil. Na verdade, nesse dia, o Congresso estava fechado.

Então, quero parabenizar, mais uma vez, os Parlamentares que, mesmo sem serem convocados pela Comissão, colocaram-se à disposição para acompanhar o episódio de Minas Gerais. Eu estava viajando, quando recebi o comunicado, acompanhei pela Internet o episódio, mas fiquei feliz em saber que a CPI do Sistema Carcerário não titubeou em abrir mão de seu lazer, do seu recesso de uma data comemorativa em que muitos estavam, quem sabe, comemorando ainda com os familiares o dia 1º do ano e se apresentou para uma causa que, em muitas vezes, muitas pessoas nem entendem. Por que há uma CPI no Congresso para cuidar de preso? Muitas vezes nós somos criticados: *“Estão-se preocupando com presos para quê?”* Durante muito tempo no Brasil, foi feito discurso de que bandido bom é bandido morto. Então, esse discurso foi feito durante muito tempo, criou até um bloqueio na mente da sociedade em entender por que nós paramos um Congresso Nacional para discutir os problemas dos presos no Brasil. Nós discutimos porque sabemos, primeiramente, que o Estado, no seu dever constitucional de ter a custódia do preso, deveria ser responsável por todos os atos ocorridos dentro do sistema carcerário, envolvendo a população carcerária.

Nós estamos trabalhando, não para defender preso, nós estamos trabalhando defender um sistema penitenciário no Brasil, um sistema prisional capaz de cumprir com as suas funções. Nós temos dito e deixado bem claro que não estamos aqui — pelo menos eu — para defender nem preso nem Estado. Estou defendendo um sistema, o sistema penitenciário, o sistema de Governo, capaz de permitir que os presídios cumpram com as suas funções. Há muitas pessoas que até distorcem o verdadeiro papel de um presídio e pensam que presídio é feito para educar o homem. Educação é na escola. Presídio não foi feito para educar ninguém. O primeiro papel do presídio é interromper a trajetória do crime. Esse deve ser o primeiro papel do sistema prisional: interromper a trajetória do crime. É a sensação que a população quer ter, quando há um elemento que era o perturbador da ordem pública, que assaltava, que roubava, que matava na cidade. A primeira sensação que a população quer ter, quando um elemento desse é preso, é a de que aquela





trajetória de crime na cidade vai ser interrompida. Para isso que foram criados os presídios. Só que, na maioria dos presídios brasileiros, essa trajetória não é interrompida, porque os bandidos continuam comandando os crimes de dentro das cadeias. E isso, para nós, é um problema sério.

O Deputado João Campos, Presidente da Comissão de Segurança Pública, debatedor também do assunto, sabe deste papel.

O segundo papel do presídio, que nós entendemos, é permitir que o elemento seja disciplinado, não à base do cacete, do porrete e da tortura, mas através de uma disciplina e de regras rígidas e claras, que devem ser um instrumento de Estado. E, posteriormente, educar. Não falo nem em ressocializar e nem em reeducar, porque muitos que passam por lá nunca foram nem educados. Então, precisam ser educados e não reeducados, porque quem já foi educado não perde a educação. Quem não tem educação é porque, às vezes, nunca foi educado, não aprendeu o que era educação.

Então, o presídio tem essas funções, e essas funções muitas vezes não podem ser estabelecidas. Como educar uma população carcerária se não há espaço para educar? Não adianta matricularmos o filho na melhor escola, na escola mais cara da cidade, com a melhor diretora, o melhor professor, a melhor remuneração, se, numa sala em que cabem 50 alunos, há 150 matriculados; 50 ficam sentados e 100 ficam em pé, assistindo às aulas.

Então, quero parabenizar o Deputado Domingos Dutra, quero parabenizar o Deputado Alexandre Silveira, que estiveram lá em Piracicaba, representando a Comissão. Não foram como CPI, porque consultei no dia, por telefone, o Secretário, e nós só poderíamos ir lá com a formalidade de CPI se interrompêssemos o seu recesso. A partir daquele momento, seria contado o prazo da Comissão, de acordo com o Regimento Interno. A CPI não pode ir formalmente, mas os membros da Comissão que tiverem disposição para acompanhar a investigação poderão acompanhar.

Então, qualquer declaração que prestada por representante da Comissão foi dada pela sua opinião própria, de acordo com o seu entendimento, e cada Parlamentar aqui tem uma autorização, que é constitucional, e liberdade de palavra, e ninguém aqui vai ser julgado ou condenado pelas suas palavras, e, sim pelos seus



atos. Quanto às palavras, ele tem a total liberdade de expressar a sua opinião. Qualquer contestação que porventura vier a ser feita em relação a qualquer declaração de um membro da Comissão vai ser feita contra um membro da Comissão e não contra a CPI.

Agora, quero parabenizá-lo, viu, Deputado Domingos Dutra, porque sei, primeiro, que a sua luta sempre foi nessa área, na área de defesa dos direitos humanos, sempre militou na defesa das minorias no Brasil, e não poderia ser diferente na CPI. Cada um de nós aqui tem uma característica diferente de trabalho. A do Deputado Domingos Dutra é essa com a visão global sobre a questão dos direitos humanos e minoria. E nós temos o total respeito a ele pela sua postura.

Então, quero parabenizá-lo e dizer que na semana passada, Deputado Paulo Abi-Ackel, nós estávamos aqui na quarta-feira, o Deputado Ayrton Xerez, o Deputado... Busato. Estava, Busato? Não. Talmir. Estávamos aqui e fizemos uma reunião da CPI, uma conversa, para traçarmos o calendário da Comissão nos próximos meses. Traçamos o calendário de visita aos Estados, como o Rio Grande do Sul. Foi uma reunião administrativa — não precisaria de convocação — para definir o calendário. Então, nós definimos os calendários dos Estados e Capitais que já têm o requerimento aprovado, como Campo Grande, Mato Grosso, Cuiabá, Rondônia, Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e Espírito Santo, onde nós deveremos voltar. Então, definimos um calendário e decidimos começar por Minas nesta semana. Mas, já que houve um requerimento solicitando o adiamento, feito pelo Deputado Alexandre Silveira, pelo Deputado Paulinho Abi-Ackel e pelo Deputado Lincoln Portela, que é nosso companheiro de partido, nós fizemos um acordo. E acho que foi a melhor solução que encontramos.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, eu só queria esclarecer os fatos. E foi por esse motivo que nós já marcamos nossa ida. Nosso tempo é curto e fizemos a reunião na semana passada, na quarta-feira, e a CPI desde sexta-feira já tinha essas informações.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Pela ordem, Sr. Presidente. Goiás não está incluído nessa relação?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Goiás, sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Inclusive, eu só queria aproveitar, Deputado Paulinho Abi-Ackel, e convocar uma reunião administrativa da CPI para hoje às 16 horas, para que nós possamos equacionar essas visitas. Inclusive, quanto ao Estado de Goiás — o Deputado João Campos está presente — foi feita uma sugestão aqui em plenário, já que nós adiamos a ida a Minas Gerais para a semana que vem, para que nós pudéssemos aproveitar esta semana para fazer uma visita às cidades no entorno de Goiás, e queríamos ser guiado pelo nobre Deputado João Campos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Já está definida a data da visita ao Rio Grande do Sul?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos ter de fazer uma nova reunião na parte da tarde para reformular as datas das visitas, porque, com a mudança de Minas Gerais, vamos ter de adiar o Estado que estava marcado para a semana que vem. Então, vamos ter de fazer uma reunião às 16 horas para definir as datas das visitas, mas o Estado está definido.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas existe uma previsão para 25 de março?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Que poderá ser alterada ou não, se alteramos a data da semana que vem para um outro Estado mais próximo.

Pela preferência, o Relator e, depois, ao Deputado Paulo Abi-Ackel.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - É importante sabermos antes para prepararmos uma agenda do Estado, certo, Deputado Luiz Carlos Busato? Isso seria para nos articular.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Relator tem a preferência a qualquer momento.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Pela ordem, Sr. Presidente, para não fugir ao tema que V.Exa. estava tratando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu sei, mas S.Exa. pediu a palavra pelo mesmo assunto.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Mas está tendo, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, primeiro queria fazer um apelo a todos os Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pela ordem de inscrição, Deputado Lincoln Portela.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Queria fazer um apelo. Sabemos que todos nós temos agenda muito carregada, aqui e nos Estados, mas quero fazer um apelo a todos os membros da Comissão para que priorizem a Comissão. Temos aproximadamente 2 meses de trabalho. Temos de visitar todos os Estados, porque, na minha opinião, pega mal citar um Estado que foi visitado, que está ruim, e se omitir em relação a outro, porque não foi visitado. O ideal é visitar todos os Estados. Portanto, é importante priorizar a CPI.

Vamos ter nesse resto de mês de fevereiro toda a polêmica sobre formação de Comissões; não teremos uma pauta tão cheia, a não ser as medidas provisórias. Portanto, é preciso faltar aqui para darmos conta da agenda.

Segundo, solicitei uma CPI visando proteger a sociedade brasileira. Tratar do sistema prisional é tratar de segurança pública. Não fizemos uma CPI para defender apenas direito de presos. Estamos defendendo direito dos presos, mas também de todos aqueles que trabalham no sistema como os policiais militares, os policiais civis, os agentes penitenciários, os psiquiatras, e assim por diante.

Eu não estou preocupado com desgaste de Governador. Visitamos o Estado do Pará, em que a Governadora é do PT, mas nem por isso, em nenhum momento, pedi para qualquer Deputado deixar de fazer as críticas que quisesse fazer. Visitamos Minas Gerais pelo fato de Ponte Nova, que teve 23 presos mortos, e houve uma polêmica muito grande. Tanto que o relatório não chegou a ser aprovado porque o Deputado Paulo Abi-Ackel, principalmente, entendeu que queríamos atingir o Governador. Em todos os lugares, será impossível que os Governadores não sejam criticados, porque o sistema está falido. E isso é responsabilidade dos Governadores; a maioria dos Secretários não visita os presídios, como também juiz não visita, promotor não visita, e defensor público não existe. Então não estou preocupado em defender Governador, nem o Presidente da República, que é do



meu partido. Estou preocupado com a sociedade brasileira. Se formos nos preocupar com declarações de “a” ou “b” atingirem esse ou aquele Governador, esta CPI não vai a lugar nenhum.

E tenho sido ponderado. Fizemos um requerimento de convocar todos os Governadores. Por que convocá-los? Porque temos de colocar na sua agenda a questão prisional do Brasil e não deixá-la na mão de um simples Secretário de Segurança ou de um Secretário qualquer, que manda simplesmente qualquer pessoa dirigir presídios e não liga. Por isso, queremos chamar os Governadores, mas não para constranger ninguém.

Portanto, eu acho que devemos deixar de estar preocupados se, em determinados Estados, determinadas declarações vão causar desgaste político a qualquer Governador; isso acontecerá.

Segundo, quanto à questão de Rio Piracicaba, eu acho que tomei uma atitude responsável como Relator da CPI. Em Minas Gerais, houve 33 pessoas mortas em 4 meses. Morreram 8 pessoas queimadas numa delegacia.

O que fiz? Liguei para o Relator; liguei para o Deputado Alexandre Silveira; liguei para o Deputado Paulo Abi-Ackel, mas não consegui acesso; liguei para a Deputada Cida Diogo; S.Exa. não pode ir; liguei para a Deputada Maria Cardoso, que é a Vice-Presidenta, que combinou comigo de ir, mas não compareceu. Não sei o motivo. Acertamos de S.Exa. me pegar no aeroporto, mas não foi. E fui com o Deputado Alexandre Silveira.

A situação de Minas Gerais é caótica. A quantidade de presos em delegacias é enorme. Trinta e três pessoas queimadas em 4 meses não pode ser considerada uma coisa simples. E Rio Piracicaba é caótica: é uma delegacia com 3 celas, 2 carcereiros servidos pela Prefeitura. Fizeram concurso para auxiliar de serviços gerais, têm o quarto ano primário, recebem 400 reais, nunca tiveram formação. Cuidando de presos! Por isso fomos lá.

E as declarações que dei em Minas, todas foram ponderadas, inclusive a informação do capitão, porque lá em Rio Piracicaba a Polícia Judiciária era feita pela Polícia Militar. Era o capitão que fazia o trabalho de inteligência, era o capitão que pedia busca e apreensão para o juiz, era o capitão que investigava. E eu tive uma informação do juiz e do capitão de que, dos 8 presos, 5 estariam numa suposta



trama para assassiná-lo. Eu só comuniquei isso à imprensa depois de ter comunicado ao Corregedor, que passou para o presidente do inquérito.

Portanto, as declarações de imprensa são inevitáveis. Nós não temos como coibir a liberdade de imprensa. Está aí a questão dos cartões corporativos. Caiu uma Ministra negra, como eu, e a imprensa praticamente derrubou a Ministra. Nós vamos censurar a imprensa? Portanto, não podemos estar preocupados, primeiro, com a liberdade de imprensa; segundo, com aquilo que a imprensa interpreta das nossas declarações; terceiro, vamos deixar de estar preocupados com Governadores. Temos que exigir que os Governadores cumpram as responsabilidades deles, porque a rigor, — quero confessar para vocês —, a cada visita que eu faço, a minha vontade, se eu tivesse poder, era de mandar prender secretário de segurança, juiz de execução, que não cumprem com suas obrigações. Não visitam os presídios! Secretário de segurança não visita, Governador não visita.

Lá em Minas Gerais mesmo morreram 33 presos. O Governador nunca foi a um presídio. Contudo, houve um terremoto e ele se vestiu de colete e foi lá ao terremoto. Ótimo! Por quê? Porque a visão neste País é de que preso é bicho, preso é resto de gente, preso tem que ser tratado como fera. Essa é uma visão errada, porque todo preso vai sair um dia e, se ele sair pior do que entrou, todos nós pagaremos a conta.

Portanto, Deputado Paulo Abi-Ackel, as ponderações de V.Exa. não são em tese, não; V.Exa. está falando objetivamente para quem foi a Minas. E V.Exa., com relação a Ponte Nova, cria uma polêmica. Digo a V.Exa. que, se tivéssemos aprovado aquele requerimento, aquele relatório com um monte de sugestões, talvez não tivesse acontecido no Rio Piracicaba, porque lá em Ipaba o delegado de Ponte Nova declarou para a Comissão que a situação da delegacia de Minas era igual à de Ponta Nova ou pior. No nosso relatório eu tinha feito uma sugestão para o Governo de Minas fazer um mutirão envolvendo Poder Judiciário, Defensoria Pública, OAB, universidades federais, para poder desafogar as cadeias; felizmente desafogou.

Portanto, eu queria primeiro pedir que todos participassem da CPI, porque já vi que a melhor forma de haver *quorum* aqui é com uma polêmica. Quando houve uma polêmica, o *quorum* transbordou. Portanto, vou sempre provocar aqui uma polêmica, para dar *quorum*. Segundo, que a gente se preocupe com a sociedade



brasileira e não se preocupe com os Governadores, porque estes estão muito bem de vida, estes jamais vão passar necessidade, estes jamais vão para a cadeia. E que a gente se preocupe com a segurança pública, com essa visão geral. No sistema prisional não estamos cuidando apenas de presos; queremos cuidar da segurança pública da qual o sistema prisional é parte integrante.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria pedir a todos que priorizem a Comissão; que a gente falte, nesses dois meses, se possível, o nosso plenário; que a gente qualifique as visitas. Concordo que tudo tem que ser aprovado, para evitar questionamentos.

Aproveito para dizer que a CPI precisa de estrutura. A Relatoria está-se sentindo sem condições humanas para produzir um bom relatório. Que a gente documente de todas as formas as nossas visitas, para a gente poder contribuir com a sociedade brasileira. Eu aqui não estou preocupado com o meu partido, com o meu Governador, com o meu Presidente. Estou preocupado é com o povo brasileiro.

Portanto, quero fazer um apelo e um pedido ao Deputado Paulo Abi-Ackel, por quem tenho uma simpatia muito grande — seu pai conviveu comigo aqui, aliás aprendi com S.Exa.: V.Exa. pode contribuir bastante se participar de todas as sessões da CPI, para evitar que a gente simplesmente se faça polêmica; porque vou atingir meu Governador. O Governador Aécio Neves está muito bem, é um “candidatável”, faz um governo excelente, está fazendo até aliança com o PT em Minas Gerais, em Belo Horizonte. Portanto, não há motivo de preocupação. Tenho certeza de que uma declaração de um ou de outro Deputado não vai diminuir a popularidade do Governador Aécio Neves e nem vai extremar as relações muito boas que o Governador tem com o PT lá em Minas Gerais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Paulo Abi-Ackel, o tempo de V.Exa. foi cedido pelo Deputado Lincoln Portela, e V.Exa. tem preferência pela citação.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Obrigado, Deputado Lincoln Portela.

Eu queria, antes de mais nada, parabenizar o nobre Relator pela veemência. Com muita competência, com muita habilidade, com muito jogo de cintura, S.Exa. soube bem tangenciar a questão que foi apresentada por mim.



Eu vejo, meu caro Relator, que V.Exa. compreendeu completamente diferente as minhas afirmações e entrou num processo meio lúdico, um raciocínio meio fora do contexto. Eu quero dizer-lhe, com muita tranqüilidade, que de forma alguma estou preocupado em defender governador. O Governador de Minas não precisa ser defendido. A situação carcerária em Minas, se tem problemas, tem problemas iguais aos de todos os Estados. Não vou ser eu aqui quem vai impedir isso ou aquilo, feita qualquer providência, tomada por V.Exa., como Relator, que foi a Minas, no dia 1º, sem avisar ninguém. E fez muito bem em ter ido. Precisava ter ido. E parabênizo V.Exa. de ter ido logo no dia 1º. V.Exa. tem meu telefone celular.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Fomos dia 3. O fato ocorreu no dia 1º, fomos no dia 3.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Dia 3, pois eu nem sequer sabia.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - E fui por conta própria.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Pois é! Agora, se V.Exa. — e aqui é que eu faço questão de firmar posição — foi por conta própria e se V.Exa. não foi depois de uma convocação da CPI, V.Exa. não podia...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Deputado, os gastos foram meus.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - ... ter feito afirmações em nome da CPI, dizendo que estava lá em trabalho da CPI, porque nós temos a obrigação de respeitar o Regimento Interno, que nos obriga a tomar procedimentos, muitas vezes, não só neste caso como em outros. Eu até não me apegaria a este caso, dada a urgência e dada até a eficiência de V.Exa. ir até Belo Horizonte logo no início do ano, mas a outros fatos.

Por exemplo, aqui o Presidente e V.Exa. estão dizendo que fizeram conosco, Deputados mineiros, uma gentileza de adiar a reunião de amanhã. Não é gentileza nenhuma. O que V.Exas. fizeram é exatamente a obediência ao Regimento. Para essa reunião de quarta-feira passada ninguém foi convocado. Vocês decidiram sozinhos que havia uma pauta de visitas. Eu não estava aqui porque não fui convocado, senão eu estaria aqui. Então, eu não estava presente, é bom que se diga, porque não fui convocado. Por isso não pude vir.

Agora, em primeiro lugar, quero deixar muito claro o seguinte: não estou aqui fazendo defesas de governador. O Governador não precisa disso. O problema de





Minas é talvez até muito menor do que o de muitos outros Estados — e V.Exa. sabe disso —, sobretudo os Estados do Nordeste. V.Exa. sabe disso. Ou quem sabe o do Espírito Santo, que também é extremamente problemático. Então, eu estou muito tranqüilo.

Acho que nós temos que investigar, temos que olhar todos os Estados, temos que fiscalizar todos os Estados. Eu estou aqui para defender a sociedade. Eu não estou aqui para defender o Governador.

V.Exa. tem comigo, então, uma sintonia perfeita em relação ao objetivo da CPI. Qual é o objetivo da CPI? Quais são os objetivos dos membros da CPI? Defender seus Governadores? Claro que não! Agora, há certas coisas, Sr. Relator, que nós — até para que esta CPI chegue a bom lugar, a porto firme — não podemos deixar de observar. E quais são? Moderação nas entrevistas, sim, porque ninguém pode ser acusado sem o devido processo legal.

E V.Exa., se me permite, com todo respeito, eu devo dizer, está confundindo liberdade de imprensa com excesso lingüístico, entusiasmos lingüísticos. V.Exa. está confundindo isso, porque a imprensa pode até, eventualmente, distorcer alguma afirmação. Mas eu ouvi vários depoimentos e várias entrevistas que sugerem culpa para aquele que não foi investigado. Isso é grave, Sr. Relator! E aqui não vai nada de pessoal. Até tenho por V.Exa. uma admiração imensa, herdada pelo meu pai; tenho pelo Presidente também uma grande admiração pelo trabalho que vem realizando. Tenho pela CPI uma grande admiração e tenho a honra de participar desta CPI. Mas eu acho que certas coisas têm que ser observadas, o Regimento tem de ser observado; e o nosso mister, o mister de falar em nome da CPI, tem de ser cuidado. É preciso pensar 3 vezes antes de falar que fulano ou sicrano é culpado. Quanto a isso, V.Exa. me permite e me perdoe, mas eu serei sempre aqui um defensor tanto quanto dos direitos humanos e dos direitos daqueles que têm realmente os problemas em razão da superlotação carcerária, que acaba atingindo aqueles que estão presos, mas também aqueles que estão em liberdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E nós estamos precisando de defensor público, viu, Deputado Paulo Abi-Ackel.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Hein?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós estamos precisando de defensor público. Como V.Exa. disse que vai sempre o defensor de todos aqui, nós estamos precisando, principalmente de público.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Meu caro Presidente, quero reafirmar: estou defendendo aqui a sociedade, estou defendendo o bom trabalho da CPI, estou defendendo que a gente depois não venha a ser desacreditado por um excesso ou outro. E aqui não estou falando que ninguém fez excesso, não estou falando que ninguém está fazendo excesso, estou preocupado porque acho que certas coisas — e falo isso com todo o respeito —, certos procedimentos têm que ser respeitados.

A reunião de quarta-feira, que marcou a ida para Belo Horizonte, não foi uma reunião formalizada. Os membros desta CPI não foram convocados. A reunião em Belo Horizonte, dessa eu não quero nem falar, porque foi um ato de dedicação do Relator, ir lá no dia 3, mas os membros também não foram comunicados. Se a Secretaria estava aberta, nós tínhamos que ter recebido *e-mail* pelo nosso endereço institucional eletrônico da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu já deixei bem claro que a CPI não poderia ter ido, porque nós teríamos que interromper o recesso.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Pois é, mas acontece que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, foi uma ação de boa vontade do Relator, que, por sugestão minha, comunicou 2 Parlamentares de Minas, com os quais foi possível fazer contato: Alexandre Silveira e a Vice-Presidente da Comissão, Deputada Maria Lúcia Cardoso. Então, a Comissão, o Grupo de Parlamentar... Independentemente de ser membro da CPI ou não, qualquer Parlamentar tem essa prerrogativa de acompanhar o grupo. Não precisaria nem ser membro da CPI, qualquer Parlamentar poderia ir lá acompanhar, como nós tivemos aqui, no recesso, com o Deputado Carlos Sampaio investigando o cartão corporativo. S.Exa. não estava aqui representando ninguém, estava representando a sua função parlamentar.

Então, essa questão também da crítica, Deputado Paulo Abi-Ackel, e da forma como é isso vazado na imprensa, nós não temos controle sobre isso, ninguém aqui o tem, ninguém o tem. Todos nós somos alvos constantes de expressões e de



manchete de jornais que realmente acabam denegrindo e tentando enlamear a imagem nossa de Parlamentar. Então, essas declarações e o que sai na imprensa, nós não temos controle sobre isso.

Agora eu queria passar a palavra ao Deputado Lincoln Portela, que está pela ordem inscrito, aguardando há 20 minutos para falar.

**O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA** - Sr. Presidente; Deputado Luiz Carlos Busato, também compondo e trabalhando com afinco nesta CPI; Deputado Domingos Dutra e Sras. e Srs. Parlamentares da Casa, não há muito o que falar, porque a gente acaba perdendo muito tempo numa questão que eu acho que já está por demais esclarecida. Apenas deixo claro que houve uma preocupação da bancada mineira.

Quando aqui cheguei, a primeira Parlamentar que eu vi, a primeira pessoa que eu vi preocupada com essa reunião, com essa audiência pública nesta semana, foi a Deputada Maria do Carmo Lara, que não é da base de apoio do Governador Aécio Neves. É do Pimentel, do Presidente Lula, mas não é da base de apoio do Governador Aécio Neves, mas estava aqui preocupada com o Governador Aécio Neves. Então, não há uma preocupação política, na realidade. Não houve de nossa parte uma preocupação partidária, nem uma preocupação em relação ao Governador Aécio Neves mas, sim, a preocupação com a própria bancada mineira, que se sentiu um pouco ausente do processo nesse contexto. Mas, imediatamente, quando conversei com V.Exa, na mesa — V.Exa até de início mostrou-se um pouco reticente por 30 segundos, não mais do que isso —, sensibilizou-se, e não precisamos nem entrar com requerimento que já estava preparado pelo Deputado Alexandre Silveira para retirarmos de pauta, pensando numa outra audiência pública. Foi feito, o Relator, também da mesma maneira, o Deputado Busato, todos se mostraram sensíveis a isso.

Então, quero parabenizar a Comissão, porque é local de debates, onde devemos ter a sensibilidade de ouvir os pontos diferentes, divergentes, mas buscando convergência.

O mais importante é que, sabiamente, conseguimos o adiamento dessa audiência pública, da qual os Deputados mineiros e outros Deputados mais poderão



participar. Dessa forma, buscando, assim, para o sistema carcerário mineiro, brasileiro, penitenciário, uma melhoria e o esclarecimento desses assuntos.

Deve-se levar em conta apenas um ponto: em Minas Gerais, nesses últimos 5 anos, diminuíram-se em pelo menos 70 a 80% as rebeliões que aconteciam nas cadeias. Quero parabenizar o Estado de Minas Gerais, sabendo realmente da falência do Estado brasileiro.

Nossa preocupação, portanto, era apenas com a presença maciça dos Parlamentares mineiros. Quero parabenizar a atuação dos Deputados Alexandre Silveira, Paulo Abi-Ackel, Maria do Carmo Lara e dos demais integrantes da Mesa, que se sensibilizaram nesta Comissão também. Não há mais o que falar, senão, vou ratificar o que já foi dito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado, Deputado Lincoln Portela.

Com a palavra o Deputado Alexandre Silveira; depois, Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - Sr. Presidente, meus caros colegas, na verdade, essa polêmica é saudável entre o Deputado Paulo Abi-Ackel e o Deputado Domingos Dutra, que têm estilo e posição diferentes. É exigir muito que um Parlamentar não tenha o seu estilo, sua maneira de ser.

Desde o princípio das nossas visitas aos Estados, tenho dito ao Presidente da CPI, ao Relator e demais membros, que esta CPI tem um objetivo muito maior e condições de alcançar esse objetivo, que é diagnosticar e propor soluções para o falido sistema carcerário do Brasil. Seria uma hipocrisia qualquer pessoa lúcida hoje defender um Estado ou outro com relação ao sistema carcerário. O sistema está falido em todo o País. É importante que a sociedade brasileira tome conhecimento disso e que nós façamos o nosso mea-culpa e possamos partir para proposições de soluções.

Por isso entendo e o tempo todo lá em Minas Gerais tentei ponderar com o Deputado Domingos Dutra, a quem peço que entenda as minhas posições pela defesa do adiamento e até as ponderações que fiz com ele, em particular, em Minas.

Porque, com a experiência que tenho da área de segurança pública, lembro-me bem que, em 1998, eu tirava meus plantões numa delegacia de polícia lá no



Vale do Aço, em Ipatinga, em cima de 3 — não posso nem chamar de celas — salas, o que daria mais ou menos um quarto deste plenário, com 280 presos — eu, um escrivão e um carcereiro. Lembro-me de um episódio em que eles atearam fogo nas 3 salas, o que é muito comum até como uma tentativa de fuga, sabendo que éramos 3 policiais e um policial militar fazendo a guarda interna. Tivemos de correr o risco e abrir as celas.

Essa experiência é importante, Deputado. Eu tentei passá-la a V.Exa. o tempo todo para evitar que instituições, pessoas fossem maculadas, de certa forma, colocadas na imprensa sem o devido processo legal. Lembro-me bem de que tive de correr o risco e pedir ao detetive que estava conosco para abrir as celas, porque senão teríamos uma carnificina maior que a do Carandiru. Eu, com uma arma calibre 12, um detetive com um revólver 38 e outro com uma pistola, segurando, num pátio, 280 presos — com essas 3 armas. Então, isso é muito comum por causa da falência total e completa do sistema carcerário.

Então, é um exemplo prático de que se não voltarmos para proposição de soluções, por diagnósticos e também, outra questão fundamental — e eu faço essa ponderação. Nós vamos lá em Minas Gerais, está aprovado o requerimento, foi adiado para a semana que vem para ouvir uma série de autoridades sobre um fato específico. Eu entendo, é um entendimento meu, que esta CPI deve, sim, e tem o poder para isso, até o dever constitucional, de acompanhar todos os fatos específicos que aconteçam neste País continental que é o Brasil, durante a sua vigência. Mas não é esse o nosso mister. Não é assim que vamos alcançar o nosso objetivo. Não vai ajudar até mais no nosso diagnóstico. Eu acho que aí é um enfoque muito mais... Até porque não temos conclusões, não temos perícia na CPI, não temos profissionais qualificados para acompanhar esses inquéritos, as corregedorias de polícia têm muito mais estrutura que a Comissão Parlamentar de Inquérito, o Ministério Público está acompanhando, e a CPI também deve fazer o acompanhamento. Mas entrar no mérito da culpabilidade ou apontar culpabilidade sem, eu não digo nem indiciamento, não. Sem o trânsito em julgado da sentença condenatória foi sempre a minha preocupação e minhas ponderações que o Deputado é testemunha disso. Eu acho que as instituições têm de ser preservadas, até porque entendo e tenho acompanhado isso.



O Parlamento brasileiro sabe o que é o achincalhamento e as injustiças que foram cometidas nesses últimos anos contra vários Parlamentares desta Casa, que a pior condenação é a execração pública. E foi o que aconteceu infelizmente, Deputado, com aquele capitão, o Capitão Eleutério, que foi um capitão com quem tive a oportunidade de trabalhar no Vale do Aço, hoje considerado um herói lá em Rio Piracicaba, porque deu conta da criminalidade da cidade. É um capitão extremamente operacional que vibra com a segurança pública, que faz polícia 24 horas, até mesmo, suprimindo a deficiência da falta de policiais civis naquele município, fazendo papel de polícia Judiciária que é uma distorção no Brasil, pedindo mandado de prisão, requerendo mandado de busca e apreensão que foi o que levantamos lá. Existem distorções? Existem, nós não queremos colocar nenhum guarda-chuva nela, mas nós temos, na minha opinião, que sair um pouco da questão dos fatos específicos, para buscar o verdadeiro diagnóstico do sistema e propor soluções.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Um aparte, Deputado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Domingos Dutra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Rapidamente, primeiro, queria aproveitar o aparte, e também responder ao Deputado Abi-Ackel e V.Exa. pode testemunhar. Em todas as entrevistas dadas, eu sempre ressaltar que a CPI estava em recesso com o Congresso, que eu estava ali na condição de Relator porque esta Comissão ela não se suspende com o recesso. E que diante da gravidade do fato, seria ruim para o Congresso, para nós, morrer oito pessoas queimadas e a CPI simplesmente, em nome do formalismo do recesso, deixar as coisas acontecerem. Então, ressalvei sempre isso.

Segundo, eu acho que fatos como esse, nos Estados, o normal seria que a investigação fosse feita por outra instituição que não do Estado. Porque vai sempre ficar a suspeita de que, como está todo o sistema envolvido — não estou afirmando isso, Deputado — o normal, o melhor seria que outra instituição fora do aparelho pudesse fazer a investigação.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - O Ministério Público acompanha as investigações, é outra instituição.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - É. Mas nesses sistema prisional não dá para dizer que o Ministério Público também não tem sua parcela de culpa pelas omissões.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - Mas nós não podemos presumir que todas as instituições estão falidas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Agora, só para concluir. Com relação ao Capitão Eleutério, V.Exa. é testemunha, na primeira visita, dia 3, ele me confirmou que prendeu o Donizete, que foi um dos mortos; que a mulher do Donizete tinha contratado 3 pessoas para assassiná-lo; ele fez a investigação; comunicou ao juiz, está no processo; pediu uma busca e apreensão na casa desses 3, e o juiz concedeu; e, coincidentemente, os 3 morreram. Tudo bem. Por que foi que eu guardei a informação e não disse isso para a imprensa?

Na segunda viagem, dia 9, quando o Corregedor informou que tinha um inquérito aberto, eu comuniquei a ele esse fato. Portanto, todas as possibilidades. Assim como foi ventilado que os presos tocaram fogo na cela, para obrigar a Polícia a abrir o cadeado para eles fugirem — que é uma possibilidade —, eu tive de comunicar também uma possibilidade. Em nenhum momento eu afirmei do capitão.

Agora, por último, eu estou preocupado com que esta CPI, ao final, não conclua que todos os males do sistema penitenciário tenham como culpados o carcereiro e os presos. Lá em Belém do Pará, disseram que foi a presa a culpada, porque ela se insinuou para 40 homens. Lá em Ponte Nova, estão dizendo: “*Não, foram os presos que tocaram fogo.*” Em Rio Piracicaba, foram os presos que tocaram fogo. Eu estou preocupado com que, no final, a nossa conclusão seja: dos males do sistema penitenciário, os responsáveis são os presos e é o carcereiro. Essa é minha preocupação.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - Deputado Domingos Dutra, primeiro, só para recapitular, o Capitão Eleutério, espontaneamente, numa roda conosco, onde V.Exa. estava presente, contou essa história. E foi da própria história dele que surgiu a especulação da possibilidade de ele estar envolvido nessa questão de Rio Piracicaba. Eu sugeri a V.Exa., fui o primeiro a sugerir, e assim V.Exa. o fez num primeiro momento, comunicar o fato ao Corregedor. V.Exa. é testemunha disso. Falei: “*Temos a obrigação de comunicar o fato ao Corregedor.*”



Agora, também fiz o pedido de que não fosse comunicado à imprensa. E isso não foi feito. Porque eu acho que é com a execução que temos de tomar todo cuidado. Sabemos o quanto é danoso para a imagem de uma família, de uma pessoa, dos filhos de um profissional, que doa sua vida em quaisquer áreas, principalmente na da segurança pública, diante de uma capa de jornal dizendo da possibilidade de o Capitão ser um homicida em potencial.

E outra questão fundamental, sobre a qual V.Exa. acabou de falar. V.Exa. foi testemunha do esforço da Corregedoria de Minas Gerais, que é uma Corregedoria que trabalha num prédio em conjunto, que criou um conselho, que trabalham em conjunto: Corregedor da Polícia Civil, Corregedor da Polícia Militar, representante da sociedade civil organizada, representante de direitos humanos da Assembléia Legislativa, que é o Deputado Durval Ângelo, do PT de Minas Gerais, Ministério Público, Judiciário. Todos têm um conselho na Corregedoria, trabalham de forma integrada e em busca da orientação da verdade — V.Exa. é testemunha disso. Então, nós temos de acreditar nas instituições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu também posso dar um testemunho, nobre Deputado, da seriedade do trabalho da Corregedoria. No caso de Ponte Nova, foi uma parceira nossa num processo, nunca omitiu uma informação. Todas as solicitações que fizemos foram enviadas. Inclusive, o relatório final da Corregedoria apontava os culpados, que eram os culpados que nós, a princípio, havíamos identificado no início da investigação, tudo foi enviado a esta Comissão. Então, sou testemunha da lisura da Corregedoria.

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - Perfeitamente, Sr. Presidente. Só para concluir, Deputado Domingos, só para concatenar as idéias, V.Exa. falou da preocupação de esta CPI terminar apontando bodes expiatórios. Porque, na verdade, o carcereiro *ad hoc*, muitas vezes, como V.Exa. viu, não tem nenhuma condição de trabalho, nem preparo para cuidar dos presos. E isso existe em todos os Estados da Federação e também em Minas Gerais — e não pode ser o final desta CPI, até porque o mister dela é maior. Porém, tenho outra preocupação que deve ser considerada por esta CPI. Temos de conduzi-la com todo o cuidado, para que não possamos — e eu tenho percebido esse sentimento nos presídios de Minas Gerais — incitar os presos a cometerem esse tipo de ato, porque estão se achando,





de certa forma, protegidos pela movimentação da CPI. Acho que temos de ter esse critério também e coloquei isso desde o princípio. Temos de ter o critério, todo o cuidado, para que não possa parecer que esta CPI não quer solucionar os problemas e sim proteger quem está equivocado e errado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra, por inscrição, a Deputada Cida Diogo e Deputado Pompeo de Mattos.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Primeiro, eu queria aqui defender a seriedade e o grau de responsabilidade com que o Deputado Domingos Dutra tem conduzido o papel de Relator desta CPI. Então, eu não vi, em momento algum, o Deputado extrapolando nas suas colocações. Eu até falo para S.Exa. que tem cedido muitas vezes. Dentro do diálogo e da discussão aqui, S.Exa. tem cedido muitas vezes posições. É um pouco disso que foi dito. O Domingos é um Deputado que tem um estilo próprio, é sua característica, é uma pessoa...

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA** - E deve ser respeitado.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - ...muito contundente, sempre é muito contundente, tem posições muito firmes e às vezes até me surpreende, porque tem conseguido, nesse papel de Relator, abrir mão até desse perfil, tem engolido muito sapo. De vez enquanto conversamos sobre isso. Ao contrário, acho que S.Exa. tem demonstrado capacidade, na qualidade de Relator, de buscar mediar, de buscar conduzir com uma preocupação muito grande, que sempre cita, e eu acho que todos deveríamos assumir: esta CPI tem um tempo muito curto de duração e de trabalho. Se bobearmos, vamos chegar no final dos trabalhos desta CPI sem nenhuma conclusão mais efetiva. E aí a desmoralização será coletiva, não só do Relator ou do Presidente, mas de todos os membros da CPI. Quando o Deputado Domingos, logo retornando do recesso, faz uma proposta como essa de já irmos nesta semana ainda a Minas fazer esse trabalho de investigação, de auscultar, de realizar audiência, na minha avaliação, é fruto dessa sua grande preocupação. Nós estamos agora correndo contra o tempo. Ou organizamos melhor as nossas ações, ou aproveitamos mais o tempo que temos até o final dos trabalhos da CPI, ou vamos chegar ao final do trabalho sem nenhuma conclusão mais efetiva, sem nenhuma proposta mais concreta para ser apresentada aos órgãos que são responsáveis pelo sistema penitenciário do nosso País.



Então, eu, sinceramente, gostaria aqui de questionar muito qualquer crítica que seja feita em relação à condução do Relator. Ao contrário, o Relator, para mim, tem mostrado um grau de compromisso. Parece que fica 24 horas por dia trabalhando. Quando me ligou para saber se eu queria ir nessa investida lá em Minas, eu falei: *“Domingos, é véspera de Natal, de Ano Novo, não tenho como.”* Eu estava, assim, num local — não sei nem como ele conseguiu sinal —, eu estava no Estado de Minas, mas no interior, que para sair dali era preciso a maior dificuldade. Mas S.Exa. conseguiu, num momento, sinal no meu celular para falar comigo.

Isso mostra o seu grau de compromisso, de preocupação. Tenho percebido que S.Exa. tem dedicado, desde quando a CPI foi instalada, 100% de sua atuação Parlamentar a essa questão. Eu, sinceramente, na qualidade de membro da CPI, não posso aqui deixar nenhum tipo de crítica ser levantada, mesmo que seja em relação a colocações que o Deputado possa ter feito junto à imprensa. Eu já vi o Neucimar, por exemplo, ser muito mais contundente em determinados momentos que o próprio Domingos.

Na qualidade de Presidente da CPI, eu já vi o Neucimar afirmar lá em Belém que determinada autoridade era culpada, era responsável. Se entrarmos nesse mérito de está errado ou certo, já vi ocorrer de outras CPIs desta Casa, sem conclusão de nada, afirmarem culpabilidade de setores. Tudo é fruto mesmo do debate político, da ação política do Parlamentar. Cada um tem a sua convicção, tem o direito de externar, tem o livre direito de externar o que acredita. Agora, eu acho que o mais importante e que deveríamos tirar desse processo é o seguinte: não podemos trabalhar na perspectiva de postergar nenhuma ação da CPI. Não podemos trabalhar na perspectiva de impedir que qualquer conclusão mais efetiva possa sair dos trabalhos da CPI.

Devemos ter esse compromisso de apontar responsáveis. E concordo que o grau de responsabilidade está em todos os níveis de poder que têm ação concreta — Ministério Público, Defensoria Pública, Governos de Estado e Governo Federal. Temos de trabalhar com a perspectiva de que os responsáveis são esse conjunto de representantes de órgãos que deveriam responder pelo sistema e apontar para cada um deles essa responsabilidades e as ações necessárias para se reverter esse



quadro, sem ficar cada um entrando na lógica de querer, na autodefesa, impedir que as coisas aconteçam e sejam investigadas pela CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Pompeo de Mattos, a lei diz que ninguém pode ser considerado culpado até transitado em julgado, mas, apontado, pode.

Deputado Pompeo de Mattos, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quero cumprimentar o Deputado Neucimar Fraga, nosso Presidente, os Deputado Domingos Dutra, nosso Relator, e também Luiz Carlos Busato, que esteve conosco até agora, que é meu conterrâneo gaúcho e que juntamente com Afonso Hamm e José Otávio Germano são os representantes, assim como nós, da bancada gaúcha na CPI.

Este debate, Deputado Neucimar Fraga, essa celeuma, essa discussão, essa controvérsia é que fazem a CPI, fortalecem a CPI. Não tenha dúvida de que isso engrandece a CPI. Não fosse assim, não seria uma CPI. E eu dou esse testemunho até porque participei da primeira CPI da Casa de repercussão muito grande na sociedade, que foi a CPI do Narcotráfico, presidida pelo Deputado Magno Malta, hoje nosso Senador, cujo Relator era Moroni Torgan, nosso querido colega, ex-Deputado, mas sempre Deputado pela sua postura. Inclusive, fui um dos Sub-Relatores em várias conexões, várias etapas. A CPI desvendou a questão do crime no Brasil inteiro e teve uma repercussão enorme, foi palco de uma polêmica tal, tamanha, que essa polêmica de agora seria centavo dos milhões de polêmicas que houve na CPI do Narcotráfico.

Depois, participei intensamente de uma CPMI do Roubo de Cargas, que também deu o que falar, muito o que falar, por conta de roubo de carga, prisões, roubo de caminhões, briga lá com o Paraguai, cargas que vão para lá, cargas que vêm para cá. Enfim, uma ampla discussão, debates intensos e interesses em jogo, enfim, até interesses político. Depois, no ano passado, na legislatura passada, a CPI do Tráfico de Armas. Aliás, o Deputado Neucimar Fraga era um dos protagonistas daquela CPI, esteve na linha de frente da CPI, fez um excelente trabalho. Houve polêmica, discussão, debate, briga, denúncias, injustiças até, mas que o tempo se encarrega de equacionar, de responder. Eu mesmo entrei numa polêmica lá e



depois as coisas foram se resolvendo, e a CPI viu que não era aquilo. CPI é desse jeito, e esta não é diferente.

Ouvi alguns Deputados se queixando do Deputado Domingos Dutra em função dessa questão de Minas Gerais e eu disse na primeira vez que não sabia bem o que era, porque não estava bem por dentro, mas fui me informar. Mas se o Deputado Domingos Dutra foi lá e tomou posição, ele é inteligente, maduro, competente, audacioso para tomar essas posições. É claro que, se vierem controvérsias, iremos esclarecer. E essa audácia, às vezes, faz a diferença e a coragem no sentido de fazer o contraponto, como faz o Deputado Abi-Ackel e seu pai, que foi Deputado conosco, a quem aprendi a admirar aqui numa Comissão em que trabalhamos. S.Exa., uma figura extraordinária, de quem eu tinha uma visão — quando eu não era Deputado e S.Exa. era Ministro. Quando o conheci, disse: *“Eu retiro tudo o que pensava, o que fizeram com que eu pensasse.”* Não era a opinião pública, era a opinião publicada, fizeram-me ter aquela impressão. Eu tenho as melhores impressões do Deputado Abi-Ackel, uma figura extraordinária, com quem aprendi muito e me orgulho de ter sido o seu colega e ter estado ao seu lado. Então, é essa a controvérsia que faço.

É claro que precisamos avançar. E é nessa preocupação que eu pedi a palavra.

Muito rapidamente, quero concluir dizendo que, obviamente, essa questão lá em Minas Gerais ficou, digamos assim, acesa, um pouco em carne viva, e, obviamente, esta CPI tem de avançar para esclarecer.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Lá é carne queimada mesmo.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - É carne queimada. Carne viva e carne queimada. Uns ficaram esfolados e outros morreram queimados. É lamentável. Não é um privilégio de Minas Gerais, mas não é uma coisa aceitável.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Verdade.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não é aceitável. Estamos aqui para defender a sociedade. Quero ver o preso sendo atendido dignamente como ser humano. Não é um animal; é um ser humano. Aliás, é um animal racional. Como eu assisti num filme sobre a questão prisional, um preso, um presidiário muito perigoso virou toda a cadeia às avessas e, quando saiu, fugiu num trem. Conseguiu saltar e



fugir num trem. No final, disseram para ele: *“Mas você é um animal.”* Ele disse: *“Eu não. Sou muito pior que animal. Eu sou humano, porque sou um animal que pensa, que racionaliza o que quer.”* O ser humano é capaz de tudo: do bem e do mal. A mesma pessoa. E, nas prisões, não é fácil.

Quero chegar ao meu Estado. Para concluir, digo que quanto a essa previsão da ida da CPI ao Rio Grande do Sul, que possamos avançar na agenda. Quem mora na aldeia conhece os índios. É preciso que a CPI vá daqui para nos dá força lá, mas que possamos informar de lá aquilo de que temos conhecimento. Por exemplo, temos, lá no Rio Grande do Sul, Deputado Neucimar, um passarinho que não fica preso na gaiola. Ele pega asas, toma asas e voa, o tal de Papagaio. Ele já furou cerco policial, já vazou das cadeias 3 ou 4 vezes. Vai para a cadeia, ele voa; pega, ele volta; vai e voa de novo. Então, o Papagaio já é uma figura lendária da questão prisional do Rio Grande do Sul. É importante nós, da CPI, avaliarmos como é que ele foge tanto, como é que ele escapa tanto do sistema prisional. É uma coisa até cômica, para não dizer trágica ou tragicômica.

Então, gostaríamos de participar ativamente dessa agenda, porque ela é muito importante para o Rio Grande do Sul, para o sistema carcerário, para a sociedade, para a segurança pública e para esta CPI também, assim como nos outros Estados. Mas eu, a essa altura, estou bem preocupado, no sentido de fazermos as coisas, digamos, bem ampla, bem clara e tratar a questão também de forma específica no que se refere ao sistema prisional no meu Estado, o Rio Grande do Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Marcelo Itagiba; depois, Afonso Hamm.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Eu queria apenas agradecer, de público, por favor, se V.Exa. me permite, Deputado Marcelo, ao Deputado Pompeo pelas palavras muito carinhosas. Aproveitar, sem extrapolar meu tempo, para dizer que eu estou certo de que esta reunião está sendo extremamente positiva para a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Não há, da minha parte, nenhum problema com relação ao Relator e com relação ao Presidente. Pelo contrário, todo



espírito de colaboração possível e admiração pelos trabalhos. Saímos daqui engrandecidos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com certeza.

Deputado Marcelo Itagiba.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, é bom estar de volta e é bom que esta CPI esteja em pleno funcionamento.

Não resta a menor dúvida de que temos de estar presentes e ser diligentes nas nossas ações. Nem sempre é possível reunir todos para fazermos uma deliberação. Mas todos somos detentores de um múnus público, que nos autoriza e nos permite fazer qualquer perquerimento, qualquer verificação, tendo em vista a relevância do cargo que todos ocupamos.

Óbvio que para que esses atos tenham a sua validação por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, devem eles ser apresentados à Comissão para que sejam discutidos e votados. Não há menor dúvida de que atendem razão as duas partes hoje, eu não diria em contenda, mas em discussão nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Fico muito satisfeito em ver que todos caminhamos na busca do mesmo objetivo.

E trago algum subsídio para esta Comissão, para que seja colocado em discussão, que é uma questão que ataca fundamentalmente as pessoas de bem deste País, que é um crime que vem sendo praticado de forma reiterada de dentro de todo o sistema penitenciário nacional, os famosos trotes telefônicos. Acho que essa é uma questão que devemos focar: a prática reiterada de crimes por esses criminosos que já estão dentro do sistema, com a conivência ou com a omissão das autoridades públicas, que deveriam tomar as medidas necessárias para coibir esse tipo de ação.

Então, acho que a Comissão Parlamentar de Inquérito deveria centrar também a sua atenção nessa questão fundamental de, quando fizer essas verificações, apurar a internação, a posse, o uso indevido desses sistemas de comunicação, que tantas ameaças fazem às famílias em nosso País, criando e



causando até mortes em função do susto que proporcionam às pessoas que atendem a esse tipo de chamada.

Outra questão é importante — e não se trata de estabelecer a culpa deste ou daquele Governo, deste ou daquele Governador, porque todos, na verdade, de alguma forma, são partícipes na omissão, em função das prioridades que têm na execução de ações governamentais e até por falta de dinheiro ou de recursos públicos provenientes da União que não chegam na medida e no tamanho necessário para que os investimentos sejam feitos. Temos de batalhar e trabalhar em cima da questão orçamentária. Quais são os orçamentos que os Governos estaduais estão disponibilizando ou estão prevendo para um incremento do sistema penitenciário nos seus Estados? Em segundo lugar, qual é o montante de recursos necessários para este incremento? Porque todos temos de trabalhar com planejamento. Acho que o Governo de Minas tem dado um exemplo para o País de como é a administração feita de forma técnica e competente.

Daí, seria interessante verificarmos que tipo de orçamento, ou que previsão orçamentária temos para o investimento no sistema carcerário, tendo em vista que isso faz parte de um processo de segurança pública. E todos sabemos que a cada dia a criminalidade aumenta, avança e precisamos investir no sistema penitenciário não só para recuperar aquele sistema hoje existente, mas para a construção de novas unidades. É preciso saber que recursos estão sendo disponibilizados. Tenho certeza de que, a partir da verificação desses números — e sugiro que a assessoria desta Presidência fique voltada para essa questão orçamentária — ficaria demonstrada a necessidade de se fazer investimentos. Possivelmente, a grande omissão seria não se prever e não se ter os recursos necessários para a manutenção desses preços em Estados em que se garantam os direitos humanos não só de quem está preso, mas também de toda a população.

Essas eram as considerações que eu gostaria de fazer.

Parabenizo ambos os contendores da discussão hoje havida, porque é esse o processo democrático, é isso que desejamos nesta Comissão: que da tese da antítese nasça a síntese hegeliana, que nos permita exatamente chegar àquilo que é o dever desta Comissão: a verdade, doa a quem doer.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - V.Exa. me permite um aparte?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado, Deputado.

O Deputado Afonso Hamm usará da palavra. Depois, eu a concederei a V.Exa., Deputado Paulo Abi-Ackel.

**O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL** - Agradeço muito.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Para fazer o encerramento, Deputado Abi-Ackel.

Em primeiro lugar, quero dizer da satisfação de estarmos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O padre falou que ia celebrar a missa de encerramento.

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Estamos fazendo efetivamente o nosso retorno após o recesso, um recesso que todos nós, em absoluto, não nos desligamos; muito pelo contrário, atuamos muitos nas nossas bases, inclusive quando temos condições para, em alguns dias, termos oportunidade de estar com as pessoas da comunidade, para que façam suas manifestações das suas preocupações e das suas angústias.

Não sou um conhecedor da área da segurança pública, mas resolvi ingressar na Comissão de Segurança Pública e, a pedido do meu partido, Partido Progressista, participar desta CPI, pela importância que hoje a sociedade brasileira aponta como item nº 1: a segurança pública, a sua segurança, a preocupação com a criminalidade.

Há 2 anos, a preocupação era com o emprego, eram os aspectos sociais, com que ainda temos preocupações — temos uma agenda econômica e social, temos o PAC, temos um plano a desenvolver, a reintegrar o País numa pauta de crescimento. Questões ligadas à segurança e a esse tema pautaram uma CPI que investiga, que analisa. Tive oportunidade de escutar aqui inclusive alguns especialistas e conhecedores, e entrevistamos tantos, também de ordem dos públicos interessados, dos policiais que expõem sua vida dentro do que hoje chamamos de sistema penitenciário. Os presídios, o sistema carcerário hoje não pode ser um depósito de pessoas que cometeram algum crime, e que simplesmente a sociedade, ao transferi-los para o sistema carcerário, aos presídios, lá fiquem e o problema ali acabe.





Quero cumprimentar o Presidente Neucimar e também o nosso Relator Dutra e a todos que participaram, porque estamos trazendo a discussão à sociedade, estamos trazendo essa pauta, para que ela seja efetivamente aprofundada em aspectos e razões.

Sou do Rio Grande do Sul e fico feliz em saber que lá ocorrerá o debate, como debatemos em tantos Estados, porque, ao início do Governo Yeda Crusius, houve muitas prisões, mais de 15 mil prisões em 3 meses, para se ter uma idéia. Somado ao contingente de presos que já existiam, a situação dos presídios não era fácil. E não é solução apenas o ato de prender. E quanto aos investimentos necessários?

Um dos pontos que debatemos, e em alguns aspectos deve ser aprofundado, é a idéia de vincular, sim, um percentual do orçamento da União para expendermos com a segurança. Um percentual significativo para os investimentos que redundam em ressocializar presos, dar tranqüilidade à sociedade brasileira, à sociedade em todos os Estados, a exemplo do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Então, na verdade, a CPI tem esse papel. Temos mais 2 meses para concluir os nossos trabalhos. Com os subsídios que até aqui tivemos, com os debates, com aprofundamento, podemos pautar, sim, inclusive a questão do orçamento, porque é de responsabilidade. Se as pesquisas indicam que a questão de segurança pública, a segurança e a preocupação com a criminalidade são o item nº 1 da sociedade brasileira — e parece que se agravou —, qual a responsabilidade das políticas públicas no âmbito do Governo Federal e dos governos dos Estados, além da saúde, da educação, na área social de tantas pautas? Então, na verdade, essa é uma pauta que deve ser debatida.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM** - Correto. O Deputado Itagiba nos ajuda no argumento. Não quero me estender. Sei que já estamos há muito tempo. Estamos cumprindo um papel importante. Temos uma agenda a ser concluída, e eu tenho certeza de que esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vai apresentar conclusões e indicativos. Que possamos fazê-lo através inclusive de diagnósticos. Se analisarmos os relatos aqui feitos, podemos verificar que são diagnósticos recentes, imparciais.



Temos aqui a representação da sociedade e, portanto, podemos fazer com que tenhamos um divisor de águas, um divisor de mudança de postura em relação à responsabilidade com as questões de segurança do País, o que vai trazer tranqüilidade às famílias e as pessoas.

Era esse o meu posicionamento.

Parabenizo a forma de encaminhamento, naturalmente nos comprometendo a, juntos, termos condições de, a partir deste grande diagnóstico, desse despertar da sociedade, que a situação prisional não é um depósito simplesmente e que é responsabilidade de todos, inclusive com o comprometimento dos governos, em especial do Governo Federal, que é quem mais arrecada, quem mais tem condição efetiva de viabilizar e nos fazer chegar os recursos, de forma a termos um plano de segurança, incluindo a segurança pública como um item de responsabilidade.

Um país que quer crescer econômica e socialmente só pode crescer se tiver uma pauta positiva para as questões de segurança, passando pela responsabilidade do sistema prisional.

Era isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Padre Luiz Couto para celebrar a missa de encerramento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Não, a missa celebramos em outro espaço.

Hoje, o Caderno das Cidades do *Correio Braziliense* traz uma matéria muito importante: "*Direitos Roubados*". Fala de Formosa, cidade do Entorno que tem 3 unidades prisionais, todas com inúmeras irregularidades. Em uma delas, adolescentes ficam em celas construídas para adultos. Outras abrigam homens e mulheres. Ilegais, inseguras e lotadas. O grande contraste, Sr. Presidente, é que são 3 prédios abarrotados de gente e de outro lado 2 estruturas erguidas com material de primeira qualidade estão abandonadas.

Eu gostaria que essa matéria fosse inserida nos anais da Comissão e que fizéssemos visitas, sem avisar, ao Entorno de Brasília, a algumas cidades do Entorno de Brasília, porque aí veremos que aquele modelo que ali está e que foi implementado como modelo integrado de penitenciária, na realidade só tem muita



propaganda. Então, nesse sentido, gostaria que essa matéria pudesse fazer parte dos anais desta Comissão. Formosa merece uma visita nossa, porque 2 estruturas estão construídas, os recursos públicos foram liberados para a construção, e estão abandonadas. Nesse aspecto, consideramos importante também que o Entorno de Brasília seja visitado. Estamos tão perto, vamos para tantos lugares distantes, e aqui bem perto, no nosso nariz, a situação é de extrema calamidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Por isso, padre, que a CPI já decidiu que amanhã e quinta-feira vamos fazer essa visita — e queremos convocar V.Exa. para ir conosco — à cidade do Entorno de Brasília. Vamos decidir quais serão visitadas em uma reunião hoje, às 16h, na sala da Comissão.

Temos uma ata para ser votada.

Ata da 21ª Reunião da Comissão. Foram distribuídas cópias da ata.

Indagado aos Srs. Parlamentares da necessidade da leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Solicito dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dispensada a leitura da ata.

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Aprovada a ata da 21ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, peço à secretaria da Comissão que convide todos os Sub-Relatores para a reunião das 16h, a fim de que avancemos na preparação do relatório.

Segundo, quero agradecer à Deputada Cida Diogo e a V.Exa. pela defesa que fazem da nossa atuação, principalmente em Minas Gerais. A Deputada Cida Diogo tem razão. Todas as mediações possíveis temos feito para não transformar esta CPI numa disputa entre o PT e o PSDB, ou entre Fernando Henrique Cardoso e o Governo Lula. Porque o nosso objetivo é que esta Comissão, ao final, apresente sugestões viáveis para tentar humanizar o sistema carcerário. Por isso, todos os



requerimentos que geraram polêmicas, às ponderações feitas, recuamos. Lamentavelmente, o Deputado Abi-Ackel, com relação a Minas, em todo momento, gera uma polêmica, apesar de dizer o contrário. Está muito preocupado com a imagem do Governador, apesar de dizer que S.Exa. não precisa de defesa. Por isso que a visita na próxima semana é mais do que procedente. Lá em Minas Gerais, tenho sido também muito ponderado com declarações à imprensa. Agora, não vou deixar de informar a opinião pública e ela informe através da imprensa. Esta CPI deve usar a imprensa para que CPI e o sistema carcerário sigam para a pauta e para a agenda dos governantes. Lamentavelmente, na minha opinião, a CPI só passou a estar na agenda, e o sistema carcerário também, com as tragédias de Ponte Nova, do Pará, de Santa Catarina e, agora, de Rio Piracicaba.

Creio que hoje a questão prisional no Brasil está na agenda dos Governos. E o Governo Lula já deu várias demonstrações de ter preocupações com o sistema carcerário e com a segurança. Está aí o PRONASCI, estão aí as penitenciárias federais, está aí o sistema de bolsa, que está com medida provisória.

Portanto, eu queria agradecer à Deputada Cida e ao Deputado Neucimar pela defesa da nossa atividade lá em Minas, porque ela foi mais do que necessária. Trinta e três pessoas foram mortas queimadas em 4 meses no Estado. Sabíamos que o preso mais famoso de Minas foi morto enforcado: Tiradentes. Passado tanto tempo, as pessoas estão morrendo queimadas. Portanto, eu queria agradecer.

Por último, já pedi à assessoria que faça requerimentos solicitando todos os orçamentos estaduais de 2007 e de 2008, a partir da sugestão do Deputado Itagiba. E também solicitar informações sobre todo o corpo funcional que trabalha no sistema prisional, para sabermos quem trabalha, qual é o salário, qual é a forma de acesso. Isso, para sabermos e até propor um nivelamento, para evitar essa disparidade de um Estado para o outro. Aqui, no Distrito Federal, um agente ganha 6 mil reais, em outro Estado, ganha 600 reais. Portanto, quero agradecer mais uma vez.

O debate da CPI é esse mesmo. Esperamos que hoje à tarde, Deputado Luiz Couto, possamos definir ir ao Entorno, que há muito tempo está precisando de uma ação da CPI.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, eu queria me acostar às manifestações de solidariedade e de apoio. Eu não estava aqui, porque estava na reunião da bancada, mas dizer da solidariedade ao companheiro Domingos, que tem trabalhado na perspectiva de fazer um relatório que mostre a realidade, como também com propostas que possam fazer o enfrentamento dessas questões do nosso sistema penitenciário. Estamos verificando que na sua maioria trata-se de um sistema apodrecido, corrompido, ou seja, que tem de mudar.

Nesse sentido, apresentamos a nossa solidariedade ao Relator, que deve estar sempre atento a essas questões, como o Presidente. Se há problemas, temos de verificar. O que aconteceu em Rio Piracicaba, e em outro momento também lá em Minas Gerais são sinal de que não se trata de estar contra o Governo A, o Governo B ou o Governo C, mas contra um sistema que está sendo alimentado, fortalecido ainda por agentes públicos que não deveriam ficar tão ouriçados quando alguma crítica é feita com relação ao sistema penitenciário no seu Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos a presença a todos os Parlamentares.

Convocamos reunião administrativa com os Parlamentares para hoje, às 16h, na sala de reunião da Comissão, e uma reunião também com os Sub-Relatores, para o mesmo horário, para que possamos debater o trabalho feito por S.Exas.

Amanhã e quinta-feira a CPI visitará as cidades do Entorno de Brasília, fazendo um *check-up* nos presídios dessa região.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.